

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18 pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

EDUCAÇÃO ESCOLAR (NÃO) INDÍGENA: O SPI, OS TRABALHOS TÉCNICOS, A INTEGRAÇÃO E A AGRICULTURA DO POVO JAVAÉ (1930-1970)¹

(NON) INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION: THE SPI,
TECHNICAL WORK, INTEGRATION, AND THE
AGRICULTURE OF THE JAVAÉ PEOPLES (1930-1970)

EDUCACIÓN ESCOLAR (NO) INDÍGENA: EL SPI, LOS
TRABAJOS TÉCNICOS, LA INTEGRACIÓN Y LA
AGRICULTURA DEL PUEBLO JAVAÉ (1930-1970)



André Egídio Pin

Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), Anápolis, Goiás, Brasil
andreegidiopin@hotmail.com



Roberto Campos Portela

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
portelarcp@gmail.com



Sandro Dutra e Silva

Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), Anápolis, Goiás, Brasil
sandrodutr@hotmail.com

¹ Este estudo surgiu a partir de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

PIN, André Egídio. **História do povo Javaé (Iny) e sua relação com as políticas indigenistas: da colonização ao Estado brasileiro (1775-1960)**. Dissertação (Mestrado em história). Goiânia: UFG, 2014.

Resumo: Durante as décadas de 1930 até 1970, o Serviço de Proteção aos Índios – SPI procurou introduzir educação escolar entre o povo Javaé da Ilha do Bananal/TO através de instruções técnicas voltadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias com o intuito de converter sua população em trabalhadores rurais, integrando-os à sociedade nacional através do trabalho. Esse propósito foi característico da política indigenista do SPI que, de forma complementar, negava a estrutura de construção de conhecimento dos Javaé em torno da agricultura como maneira de justificar sua presença na Ilha do Bananal. Os Javaé, todavia, não foram agentes passivos nesse processo intercultural, agiram de forma anticolonial, mantiveram a sua relação sagrada com a agricultura e conviveram com os postos indígenas do SPI, Damiana da Cunha e Canoanã, instalados, respectivamente, nas aldeias Barreira Branca e Canoanã, resistindo aos objetivos da política indigenista da autarquia. Como fontes, foram utilizados relatórios do SPI consultados no Museu do Índio no Rio de Janeiro/RJ, fontes históricas disponíveis no arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT, entrevistas com agentes históricos Javaé e laudo antropológico.

Palavras-chave: Educação escolar. Povo Javaé. SPI. Trabalhos técnicos.

Abstract: During the decades from 1930 to 1970, the Indian Protection Service – SPI sought to introduce school education among the Javaé people of Ilha do Bananal/TO through technical instructions aimed at the development of agricultural activities to convert their population into rural workers, integrating them into national society through work. This purpose was characteristic of the SPI's indigenous policy which, in a complementary way, denied the Javaé knowledge-building structure around agriculture to justify

their presence on Bananal Island. The Javaé, however, were not passive agents in this intercultural process, they acted in an anti-colonial way, maintained their sacred relationship with agriculture, and lived with the indigenous posts of the SPI, Damiana da Cunha and Canoanã, installed, respectively, in the villages Barreira Branca and Canoanã, resisting the objectives of the municipality's indigenous policy. As sources, SPI reports consulted at the Indian Museum in Rio de Janeiro/RJ, historical sources available in the archive of the Prelacy of São Félix do Araguaia/MT, interviews with Javaé historical agents, and an anthropological report were used.

Keywords: Javaé peoples. School education. SPI. Technical work.

Resumen: Durante las décadas de 1930 a 1970, el Servicio de Protección a los Indios (SPI) buscó introducir la educación escolar entre el pueblo Javaé de la Isla del Bananal, en el estado de Tocantins, mediante instrucciones técnicas orientadas al desarrollo de actividades agropecuarias con el objetivo de convertir a su población en trabajadores rurales, integrándolos a la sociedad nacional a través del trabajo. Este propósito fue característico de la política indigenista del SPI, que, de manera complementaria, negaba la estructura de construcción del conocimiento de los Javaé en torno a la agricultura, justificando así su presencia en la Isla del Bananal. Sin embargo, los Javaé no fueron agentes pasivos en este proceso intercultural: actuaron de forma anticolonial, mantuvieron su relación sagrada con la agricultura y convivieron con los puestos indígenas del SPI, Damiana da Cunha y Canoanã, establecidos respectivamente en las aldeas de Barreira Branca y Canoanã, resistiendo a los objetivos de la política indigenista de la institución. Las fuentes utilizadas incluyen informes del SPI consultados en el Museo del Indio en Río de Janeiro (RJ), fuentes históricas disponibles en el archivo de la Prelatura

de São Félix do Araguaia (MT), entrevistas con agentes históricos Javaé y un informe antropológico.

Palabras clave: Educación escolar. Pueblo Javaé. SPI. Tapajós técnicos.

Data de submissão: 18/09/2024

Data de aprovação: 22/11/2024

Introdução

Ao longo da existência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a relação estabelecida com os povos indígenas ficou caracterizada pela política de tutela, como nos demonstra o historiador Antonio Carlos de Souza Lima (1995). Analisando o caso da presença do SPI em território do povo indígena Javaé, percebemos que as políticas do SPI também foram representadas por tentativas de integração deste povo aos símbolos e economia nacionais a partir da introdução de escolas dirigidas por representantes das autarquias.

Os documentos relacionados apontam que as orientações da escola estavam voltadas para o desenvolvimento de trabalhos de ordem agropecuária. Não localizamos nas documentações dados relativos ao letramento dos indivíduos que frequentavam os postos do SPI instalados em aldeias Javaé.

Entendemos que as práticas educacionais técnicas do SPI eram, também, colonizadoras, mas que encontraram barreiras nas estruturas socioculturais dos Javaé. Com intuito de apresentar esses pontos, contextualizamos, primeiramente, quem são os Javaé e o território que habitam. Posteriormente, concentramo-nos nas fontes levantadas no **Museu do Índio** no Rio de Janeiro/RJ, no arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT, nas entrevistas feitas com

agentes históricos Javaé e em um laudo antropológico para sustentarmos o argumento de que, devido a cosmologia e a relação sagrada com a agricultura, o povo Javaé optou por não incorporar – pelo menos não integralmente – as dinâmicas de agricultura e comércio do modelo das políticas nacionais do SPI, especialmente entre os anos de 1930 e 1970.

O Povo Javaé e seu Lugar Ancestral: Uma Contextualização

O povo indígena Javaé habita a Ilha do Bananal às margens do Rio Javaés, estado de Tocantins. A origem do nome **Javaé**, seja para a sociedade indígena, seja para o rio, não possui origem documentada. Os Javaé estão na Ilha imemorialmente, conforme informações concedidas em entrevistas (Depoente 2, 2012; Depoente 5, 2012; Depoente 3, 2012; Depoente 4, 2014) e o laudo antropológico feito pela antropóloga Patrícia Mendonça de Rodrigues (2008a) – principal pesquisadora sobre os Javaé.

A Ilha do Bananal possui cerca de dois milhões de hectares e é a maior ilha fluvial do planeta. A sua ocupação está dividida entre os povos Javaé, lado leste, Karajá, lado oeste, e o Parque Nacional do Araguaia, no norte. A formação natural da Ilha é caracterizada por áreas ecótonos entre sistemas biogeográficos do

Cerrado e da Amazônia, possuindo áreas que alagam e secam conforme a estação e lagos, além de vários rios que deságuam no Araguaia e no Javaés (Rodrigues, 2008b).

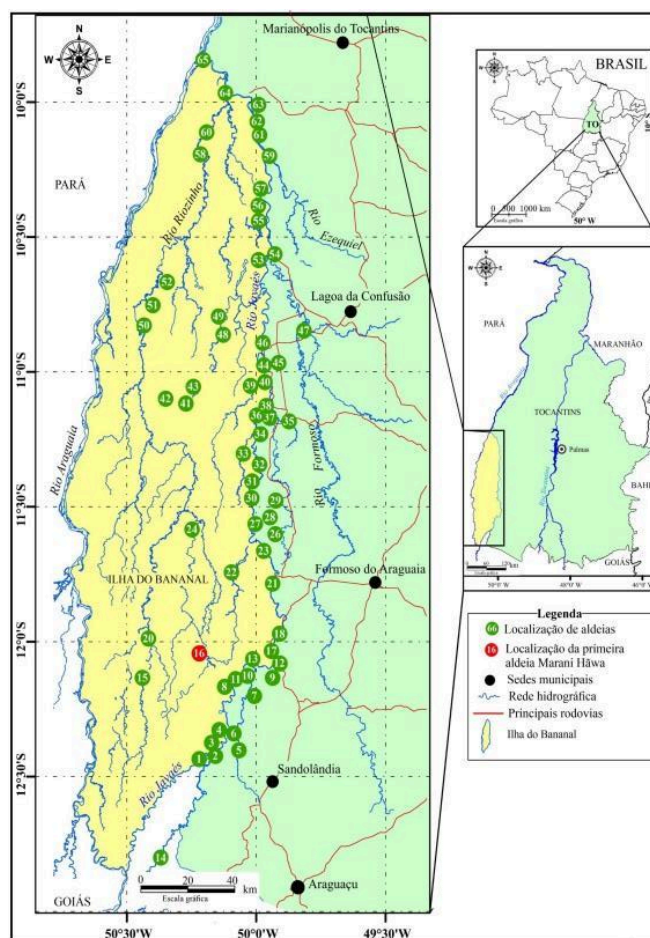
O povo Javaé se autodenomina **Inỹ**, o que nos foi traduzido por nossos interlocutores como “ser humano” ou “gente”. Já a sociedade branca é chamada pelos Javaé de **tori**. Para se distinguir dos Karajá se utilizam os termos **bero biawa** (amigos do rio) ou **Itya Mahãdu** (O Povo do Meio), e denominam os Karajá de **berohokỹ mahãdu** (gente do rio grande) (Depoente 3, 2012; Depoente 4, 2014). A língua Javaé é o **Inỹ Rybè** e é classificada por linguistas como da família Karajá, tronco Macro-Jê (Ribeiro, 2002, p. 76).

Os primeiros contatos entre o povo Javaé e colonizadores remontam ao século XVIII, quando uma expedição bandeirante realizada pelo coronel Antônio Pires Campos alcançou o rio Javaés e o lado leste da Ilha do Bananal (Rodrigues, 2008). Durante esse período, alguns Javaé foram subjugados e aldeados pelos colonizadores e, nos aldeamentos, contraíram doenças virais que dizimaram parte de sua sociedade, sobretudo em virtude de uma epidemia de sarampo (Cunha Mattos, 1979). Os aldeamentos eram espaços criados pelos colonizadores que tinham como objetivo dominar os indígenas por meio do agrupamento de indivíduos de diferentes sociedades, forçando-os a

incorporarem hábitos socioculturais de seus algozes, bem como trabalharem para eles, processo que a historiadora Marlene de Castro Ossami Moura (2006, p. 30) definiu como “cristianização e a civilização dos indígenas”.

Em razão das doenças epidêmicas e das recorrentes violências socioculturais nos aldeamentos, o povo Javaé agiu de forma anticolonial e decidiu isolar-se no interior da Ilha do Bananal e durante todo século XIX não foram registrados contatos entre eles e não indígenas, conforme demonstrou o antropólogo André Toral (1992, p. 55). Todavia, os Javaé mantiveram contatos com os Karajá, que além de suas ligações históricas, atuaram como habilidosos interlocutores com os agentes colonizadores da região (Pin, 2014, p. 122). A figura 1 demonstra a localização espacial da Ilha do Bananal inserida no território brasileiro, bem como a distribuição das aldeias Javaé até o século XX.

Figura 1. Aldeias Javaé na Ilha do Bananal e sua inserção no território nacional²



Fonte: Tewaxi Javaé (2019, p. 58). Adaptações dos autores.

² **Legenda:** Aldeias do povo Javaé de acordo com as esferas verdes numeradas de 1 a 64: 1 Barreira Branca; 2 Antiga aldeia Cachoeirinha; 3 Waritaxi; 4 Barra do rio Verde; 5 Itxala; 6 Ijanakatu Hawa; 7 ihõ-Buruna; 8 Waxinabò; 9 Manatèrè Hãwa; 10 Tabàlana; 11 Taimy; 12 São João; 13 Hitxala-ijo; 14 Bòtòrèry Ijò; 15 Kuritiwi; 16 Primeira aldeia Marani-hawa; 17 Atual aldeia Marani-hawa; 18 Atual aldeia Kanoanã; 19 Primeira aldeia Canuanã; 20 Juani; 21 Txuiri; 22 Lòreky; 23 Imotxi 2; 24 Imotxi; 25 Hãwariè; 26 Horeni; 27 Hãwahyrè; 28 Susò; 29 Kuira Hãwa; 30 Boa Esperança; 31 Wari Wari; 32 Bela Vista; 33 Antiga Kuira Hawa; 34 Kyrysa Hawa; 35 Horeni; 36 Larátxi-ijo; 37 *Hedadura-luku (barra do Loroti); 38 Hédèdura-luku (lado da ilha); 39 Txuòde; 40 Dejueho-ijo; 41 Wararekôna; 42 Karalu Hãwa; 43 Syrahaky; 44 Wyhy-raheto-di-ijarana; 45 Walairi; 46 Waotynga; 47 Hakuti Hãwa; 48 Kywakoro; 49 Raraòky; 50 Hãwarahedà; 51 Bòtòrèriòrè; 52 Wajukabà; 53 Inywèbohona; 54 Boto Velho; 55 Hãrikò; 56 Narybykò; 57 Manaburè; 58 Narybykò; 59 Irodu-iràna; 60 Nibònibò; 61 Bòròrèwa; 62 Bòròrèwa; 63 Txireheni; 64 Wabe-ijo. Alguns nomes de aldeias se repetem na legenda porque passaram por mudanças espaciais ao longo do tempo até o século XX (TEWAXI JAVAÉ, 2019, p. 59).

Revista UFG, Goiânia. 2024, v.24: e22.80538



No início do século XX, os Javaé retornam suas relações com colonizadores não indígenas. Em 1908, o contingente populacional foi estimado em 1.000 pessoas, passando por uma diminuição de cerca de 400 indivíduos contabilizados no ano de 1912. Houve uma retomada do crescimento populacional registrada por não indígenas apenas na década de 1990 (Rodrigues, 2008, p. 168).

Os contatos registrados por Fritz Krause em 1908, pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1912 e pelo missionário padre R. Tournier em 1926, foram sucedidos por outros feitos com viajantes, antropólogos, missionários e agentes do SPI (Rodrigues, 2008b, p. 168). Em relação à esta última instituição, alguns Javaé passaram a visitar o posto Redenção Indígena, instalado na aldeia Karajá Santa Izabel do Morro, entre os anos de 1929 e 1931, conforme os relatórios do encarregado do posto, Manoel Silvino Bandeira de Mello, encaminhados para a chefia do SPI em 1931 (Mello, 1931).

O posto Redenção Indígena foi desativado no ano de 1931 e ficou abandonado pelo SPI até o ano de 1940. Neste ano, Getúlio Vargas, então presidente, foi até aldeia Santa Izabel do Morro e o posto foi reativado e rebatizado com o nome do presidente da república (Microfilme 274, Fotograma 1241). Nesse contexto, os representantes da 8ª Inspetoria Regional do SPI (8ª I.R.)

procuraram fixar um posto em uma aldeia Javaé, o que foi concretizado no ano de 1952 durante a inauguração do posto Damiana da Cunha na aldeia Barreira Branca, no sul da Ilha, embora já existissem indivíduos remunerados por serviços ao referido posto desde o ano de 1951 (Microfilme 380, Fotogramas 169 e 136).

Continuando sua expansão em território Javaé, o SPI inaugurou o posto Canoanã na aldeia de mesmo nome, no ano de 1960 (Torral, 1992, P. 58). As criações desses dois postos deram início aos primeiros sinais de educação escolar entre os Javaé. Essa educação escolar, todavia, não esteve voltada para o letramento e alfabetização dos indígenas e não era realizada de forma intercultural, isto é, havia uma imposição unilateral, na qual os agentes do SPI procuravam transformar os indígenas em trabalhadores rurais e inferiorizavam a sua cultura para, assim, integrá-los a sociedade nacional.

O Posto Indígena Damiana da Cunha, a Negação dos Conhecimentos Indígenas e as Práticas Agrícolas Javaé

Os postos do SPI seguiam uma política de nacionalizar os indígenas. Com isso, as práticas diárias dos postos conduziam às transformações de hábitos

cotidianos das sociedades originárias, ou pelo menos deviam fazê-lo. Entre essas práticas, podemos destacar o culto à símbolos nacionais, modo de trabalho da sociedade não indígena, a língua colonizadora e a religião colonizadora, por exemplo, conforme as definições do historiador Leandro Mendes Rocha (2003).

Um dos meios que os postos utilizavam para cumprir os objetivos acima descritos, era a educação escolar. Ao abordar essa temática, o linguista e educador intercultural André Marques do Nascimento (2012) argumenta que a finalidade da educação escolar pensada por não indígenas para indígenas durante o século XX era o de integrar essas populações a sociedade regional e nacional. A caracterização da educação escolar feita por Nascimento (2012), pode ser encontrada nos postos do SPI instalados entre os Javaé, exceto pelo fato de que não havia projeto de letramento ou mesmo uma estrutura formal de escola. Os agentes dos postos adotavam ações para “educar” os “alunos” por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas, coadunando com a política indigenista nacional (Rocha, 2003, P. 101).

Essencial, nesse caso, era inferiorizar ou reprovar o conhecimento e as práticas sobre a agricultura dos Javaé. Dessa forma, sabia a direção do SPI e seus funcionários seguiam esse roteiro, havia uma

justificativa para obrigar os indígenas a trabalhar nas roças dos postos, sempre sujeitados aos agentes não indígenas (ROCHA, 2003, p. 101).

Uma das ordens encaminhada pelo chefe da 8ª I.R., Raimundo Nonato Miranda, ao encarregado do posto Damiana da Cunha, Luiz Gonzaga Potyguara, no ano de 1955, ilustra como o conhecimento e as práticas agrícolas Javaé são inferiorizadas em detrimento do pensamento e das práticas da agricultura não indígena. Na referida ordem, Raimundo Nonato Miranda determina a Luiz Gonzaga Potyguara que despertasse nos Javaé “[...] o interesse pelo trabalho da lavoura, guiando-os nesses serviços, auxiliando no possível, contribuindo assim, para que os indígenas não passem necessidades por ignorâncias nesses serviços [...]” (Microfilme 273, Fotograma 1514).

Entende-se que houve a negação e a desqualificação do conhecimento Javaé propositadamente por parte do chefe da 8ª I.R., na década de 1950, porque, desde os tempos do Brasil colônia, os agentes colonizadores sabiam das práticas agrícolas dos Javaé. Um exemplo é expresso nas palavras do colonizador Antonio Pinto da Fonseca, quando, no ano de 1775, visitou os Karajá e teve a visita de uma delegação Javaé em sua instalação temporária. Pinto da Fonseca descreveu que tantos os Karajá quanto os Javaé detinham excelentes roças e

que, infelizmente, naquele período, precisavam abandoná-las em algumas ocasiões em virtude de conflitos com os “Chavante” que “[...] no tempo da seca costumava passar o rio a nado e iam arrancar-se nas roças” (Fonseca, 1846, P. 385).

Um segundo exemplo da negação dos conhecimentos Javaé é constatado em documentos produzidos pelos agentes do SPI, nos quais os agentes ponderaram sobre as áreas de cultivos indígenas. Manuel S. Bandeira de Mello, chefe do posto Redenção Indígena em 1930, afirmou que os Javaé haviam negociado ferramentas com ele para a utilização em suas lavouras (Mello 1931). No anterior, Alancarliense Fernandes da Costa (1929), antecessor de Bandeira de Mello, relatou a mesma situação. Buscamos outro exemplo no livro do jornalista Hermano Ribeiro da Silva (1948, p. 260) o relato de que “Cuidam os Javaés das roças com relevante carinho, empregando-se em toda sorte de plantações” e que “[...] habitando uma zona extremamente fértil em caças, peixes e côcos é estranho êsse devotado desvêlo à cultura do solo, que não reflete, para eles, sem dúvida, necessidade primordial [...]”.

O jornalista Willi Aureli também falou sobre a capacidade produtiva dos Javaé. O jornalista descreveu os Javaé como “[...] Grandes agricultores, cultivam roças imensas e fazem-no caprichado nos trabalhos,

colhendo fartas messes que os possibilitam enfrentar longos invernos [...]” (Aureli, 1962, P. 205, 206). Como evidenciam os exemplos, era do conhecimento de agentes do SPI, ou pelo menos poderia ser, que os Javaé eram hábeis agricultores.

Não obstante, o fator fundamental que ratifica que o povo Javaé sempre cultivou roças encontra-se na sua própria cosmologia. Segundo os Javaé, antes de habitar o atual plano de terrestre, eles habitavam o Fundo das Águas (**Berahati**) (Depoente 5, 2012). Na cosmologia Javaé, o ato sexual foi um fator fundamental para a saída da sua população para a **Ahana Òbira**, Face de Fora, e este ato é atrelado ao desenvolvimento da agricultura. Isso porque os Javaé contraem matrimônio, o marido deve pagar um preço à família da mulher morando em sua casa e sustentando-a (Depoente 2, 2012; Depoente 5, 2012). Essa formação social provavelmente foi importante para a sua postura anticolonial.

Nesse sentido é oportuno o trecho da antropóloga Patrícia M. Rodrigues:

A mãe de uma mulher diz aos seus parentes, quando o genro lhe traz peixe ou caça, que os produtos são tyky kòwy, ‘pagamento pelo corpo ou pele’ [...]. Os sogros de um homem são considerados os credores legítimos da compensação devida, além da esposa, porque se diz que eles ‘sofreram muito’ para ter e criar a filha. O pagamento existe para retribuir o sofrimento da sogra no parto que deu origem à esposa, o sacrifício do sogro que praticou jejum

alimentar durante o resguardo, o trabalho e o cuidado que ambos tiveram para criar a filha durante muitos anos. Mas a primeira roça que um jovem marido planta e a primeira canoa que fabrica são chamados de *ijadoma tyky kôwyi*, 'pagamento pelo corpo da moça', e considerados um pagamento específico para a esposa pelo fato dele ter sido o primeiro homem a tocar seu corpo. (Rodrigues, 2008b, P. 763)

Essa regra social esclarece como para os Javaé são condicionantes para os processos e reprodução humana. Assim, cabe distinguirmos que as roças indígenas tinham um sentido, além de prático, sagrado, enquanto as lavouras propostas pelo SPI detinham cunho mercadológico. Isso fica evidente quando o Raimundo Nonato Miranda – diretor da 8ª I.R em 1955 – encarregou Luiz Gonzaga Potyguara, funcionário do Posto Damiana da Cunha, de gerar excedentes nas roças do posto para comercializar no mercado da região. A contraposição desses vários exemplos ilustra a qualificação agrícola Javaé, de um lado, e, de outro lado, a penetração das políticas indigenistas do período por meio dos postos do SPI.

Essa contradição entre as finalidades para a produção das roças não impediu, entretanto, a execução de uma educação técnica no Posto Damiana da Cunha, que em meados da década de 1950 era frequentado por 50. Esses indivíduos desenvolviam atividades ligadas a agropecuária para produção de

subsistência e excedentes (Microfilme 272, Fotograma 273).

Nesse sentido, chama a atenção o fato de que as atividades que eram consideradas potencialmente lucrativas, do ponto de vista econômico não indígena do período, como o extrativismo, eram defendidas pelos agentes do SPI que, ainda assim, não reconheciam os saberes indígenas. Em uma ordem expedida para o encarregado do posto Damiana da Cunha, o chefe da 8ª I.R. determinou, no ano 1955, que Luiz Gonzaga Potyguara fizesse os “alunos” do posto extraírem coco e óleo de coco babaçu para a venda na região de forma regular, que criassem galinhas e suínos e cultivassem cana de açúcar e algodão (Microfilme 273, Fotograma 1514).

Não necessariamente as práticas do SPI foram exitosas. O próprio espaço onde funcionava o Posto Damiana da Cunha na aldeia Barreira Branca foi desocupado e desativado em 1964. Em 1960, o SPI instalou o posto Canoanã na aldeia de mesmo nome para realizar entre os Javaé uma educação técnica. Este posto tinha o intuito de levar a formação técnica para os alunos.

“Educação Técnica” no Posto Indígena

Canoanã

O posto Damiana da Cunha estava um pouco distante das áreas com maior densidade populacional Javaé, por isso o novo local escolhido foi a aldeia Canoanã (Toral, 1992). O posto Canoanã atraiu novos moradores para a área, pois, conforme os estudos Rodrigues (2008, p. 164), “[...] aos poucos o SPI convidou os moradores da aldeia Lòrèky, não muito distante de Canoanã, os de Cachoeirinha e os remanescentes do Wariwari a se transferirem para o local”. Canoanã recebeu, também, indivíduos dos povos Avá-Canoeiro³, Tuxá⁴ e Karajá (Depoente 1, 2012; Depoente 3, 2012; Depoente 4, 2014; Rodrigues, 2008b, P. 165).

As origens da aldeia Canoanã atual remontam a década de 1950. Na ocasião, um agrupamento Javaé que buscava superar conflitos com fazendeiros não indígenas pediu ajuda no posto Damiana da Cunha.

³ Na década de 1970, o povo Ava quase foi exterminado pela FUNAI, conforme Rodrigues (2008b). No ano de 2014, tivemos oportunidade conhecer e conversar com o senhor Tutawa, um dos únicos sobreviventes do massacre sofrido pelo povo AVA, na aldeia Canoanã. Essa foi uma conversa informal, alegre e bonita. No ano de 2015, o senhor Tutawa faleceu. Registramos aqui nossa homenagem. Mais sobre os Ava pode ser conhecido no portal:

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro#:~:text=Segundo%20a%20literatura%20hist%C3%B3rica%2C%20os.a%20estabelecer%20qualquer%20contato%20pac%C3%ADfico>.

⁴ Mais informações sobre o povo indígena Tuxá em Lourenço (2009) e no portal <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tux%C3%A1>.

Posteriormente foram para a região atual e fundaram Canoanã, que fica dentro da Ilha próximo ao lugar onde era a antiga aldeia Canoanã, área que foi grilada, como apontam Tewaxi Javaé (2012, 2019), Toral (1992) e Rodrigues (2008a, 2008b), ainda nos anos 1950.

Essa área é sagrada para os Javaé por haver lá um lago por onde surgiu do fundo de suas águas o povo **Tòròhòni**, um dos seus ancestrais, conforme elucida Tewaxi Javaé (2019, p. 34). A área de terra grilada encontra-se ocupada pela Fundação Bradesco até os dias atuais. A partir de 1973, a Fundação estabeleceu-se no “[...] mesmo sítio onde existira, quase 30 anos antes, a primeira aldeia Canoanã, cujo cemitério foi destruído pelos tratores da fazenda. Na fazenda, surgiu a Fundação Bradesco, instituição educacional que passou a ter importante impacto na vida dos vizinhos Javaé” (Rodrigues, 2008b, P. 164).

Em meados da década de 1960, o posto indígena Canoanã passou a ter um contingente de pessoas maior do que do que o Damiana Cunha. A comparação entre o quantitativo de Javaé que frequentava este último posto com o que passou a frequentar o Canoanã, permite perceber um aumento de 100%, tendo 170 pessoas em 1965, enquanto o Damiana da Cunha tinha 50 indivíduos (Microfilme 272, Fotograma 273, 245 e 440).

No panorama de orientações da 8ª I.R, já caracterizadas, o Posto Canoanã pôs em prática cultivos de gêneros como milho, cebola e arroz. Passou a vender peixes da região com o auxílio de pescadores Javaé. A educação técnica se dava nessas atividades. Não havia professores para alfabetização. Em 1965, o posto registrou em relatório, não obstante o encarregado principal, três funcionários braçais chamados de capataz e auxiliares. No mesmo ano, informou-se que postos instalados entre outros povos indígenas informaram a existência de professores, como entre os Karajá, Tapirapé, Apinajé e Xavante.

Igualmente, é possível compreender que o posto Canoanã era carente em diversos aspectos, não apenas em educação, apresentando demanda por pessoal na área de saúde, por professores, por técnicos e por mais trabalhadores (Microfilme 274, Fotogramas 732, 733, 734 e 735). Somado a isto, o fato de que as remessas de materiais enviados para o posto entre 1963 e 1965 eram compostas apenas de ferramentas e não possuíam material escolar ou insumos para a área da saúde (Microfilme 273, Fotograma 2071 e 1883; Microfilme 274, Fotograma 195).

Nesse sentido, Ismael da Silva Leitão, chefe da 8ª I.R. em 1965, destacou em relatório para o diretor do SPI que a demanda pela expansão de técnicas

agropecuárias entre as populações indígenas era indispensável. Segundo ele, a agricultura era um campo privilegiado para a promoção da integração das populações indígenas à sociedade nacional (Microfilme 274, Fotograma 757). Para isso, encaminhou um plano de trabalho para o diretor do SPI, cuja execução deveria seguir algumas etapas para ser exitoso, como atividades básicas de manejo da terra, como preparação e adubação de solo, seleção de sementes e mudas, mas também a utilização de fertilização química. Desejava, ainda, construir estruturas físicas, como paióis, silos e local para beneficiamento de gêneros cultivados. Outra frente importante para Ismael Leitão era o extrativismo da fauna, da flora e das águas da região (Microfilme 274, Fotogramas 758 e 759). Atividades como essas tinham boa aceitação em Canoanã. Para o antropólogo André Toral,

Na roça, grandes grupos masculinos de trabalho liderados a princípio pelo chefe de Posto substituíram as famílias extensas como unidade de produção; na pesca, as vendas passaram a ser coletivas, intermediadas pelo Posto que se transformou, pouco a pouco, em “patrão” do florescente negócio, aviando sal, linha (para redes) e mercadoria aos pescadores que pagavam por sua produção. Posteriormente o posto vendia o peixe salgado aos “mariscadores”, obtendo assim um preço mais elevado e reservando-se uma porcentagem de 20%, o “imposto”. (Toral, 1992, P. 59)

Os Javaé, porém, acabaram por abandonar o posto no final da década de 1960, especialmente pelo fracasso da comercialização das roças de cebola com as quais haviam criado boas expectativas. Referidos cultivares “[...] foram abandonadas completamente, voltando-se às unidades de trabalho familiares ou pequenos grupos de trabalho coletivo, de existência intermitente” (Toral, 1992, P. 59). Como a documentação nos demonstra, o posto Canoanã foi local de prática da formação técnica voltada para a formação de mão de obra para agropecuária.

No final da década de 1960, período de transição entre o SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o antigo posto Damiana da Cunha foi reativado. Albertino Pereira Soares Filho, novo encarregado do posto, construiu o **Plano de Desenvolvimento da Educação**. O intuito era de converter os indígenas da forma “correta” buscando ensinar-lhes as práticas não indígenas na língua indígena (Microfilme 294, Fotogramas 332 e 333).

Verificamos também nos documentos da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT que a instituição da FUNAI não alterou o panorama educacional nos postos Damiana da Cunha e Canoanã até o ano de 1970 (Prelazia de São Félix, PASTA A, A.23.02- 1977, Imagem A23.2.12 P01.77 a A23.2.12 P.77.77). Nosso recorte temporal não nos permitiu analisar a situação da

educação escolar entre os Javaé nas décadas subsequentes.

Considerações Finais

Os postos indígenas do SPI, seguiam uma política que incluía diferentes áreas, como saúde e educação. No que tange a educação escolar, os postos propunham a alfabetização de crianças indígenas e, especialmente, atividades técnicas voltadas para o desenvolvimento não necessariamente de habilidades, mas sobretudo de hábitos profissionais da sociedade não indígenas, como o cumprimento de jornadas diárias e o respeito à uma hierarquia empresarial.

Por outro lado, os Javaé não foram passivos nesse processo e, em sua maioria, não compactuaram do projeto de educação técnica dos postos. O modelo agrícola do SPI poderia representar um rompimento cultural profundo, já que uma das funções da agricultura Javaé está ligado ao matrimônio e as relações sexuais. Esse foi, provavelmente um dos fatores decisivos para o povo Javaé refutar o comportamento de “peões de fazenda” desejado pela política indigenista que chegou em suas aldeias Barreira Branca e Canoanã, nas décadas de 1950 e 1960, por meio dos postos Damiana da Cunha e Canoanã, respectivamente.

Referências

- BONILLA, O. **REPRODUZINDO-SE NO MUNDO DOS BRANCOS: ESTRUTURAS KARAJÁ EM PORTO TXUIRI (ILHA DO BANANAL, TOCANTINS)**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO), UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – MUSEU NACIONAL, 2000.
- CUNHA, M. C. DA. POLÍTICA INDIGENISTA NO SÉCULO XIX. *IN*: CUNHA, M. C. (ORG.). **HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL**. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA: FAPESP, 1992.
- D'ANGELIS, W. R.. LENGUA INDÍGENA: LENGUA EXTRANJERA EN TIERRA INDÍGENA. TRABAJO PRESENTADO EN LA MESA 20. LINGÜÍSTICA Y ANTROPOLOGÍA: LOS HABLANTES DE "OTRAS" LENGUAS DESDE UNA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA. **IX CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL**. FACULTAD DE HUMANIDADES Y CIENCIAS SOCIALES, UNAM. POSADAS, AGOSTO DE 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DEMOGRÁFICO INDÍGENA. BRASÍLIA: IBGE, 2010.
- JAVAÉ, T. **NAS ÁGUAS DO RIO JAVAÉS: HISTÓRIAS, COSMOLOGIA E MEIO AMBIENTE**. (DISSERTAÇÃO) MESTRADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE. PALMAS: UFT, 2019.
- MOURA, M. C. O. DE. ALDEAMENTO CARRETÃO: "MARCO ZERO" DA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS DOS TAPUIOS. **DIMENSÕES**. VOL. 18, 2006. P. 28-48.
- NASCIMENTO, A. M. **PORTUGUÊS INTERCULTURAL: FUNDAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA DE PROFESSORES E PROFESSORAS INDÍGENAS EM FORMAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICA NUMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL**. TESE (DOUTORADO). GOIÂNIA: UFG, 2012.
- LIMA, A. C. S. **UM GRANDE CERCO DE PAZ: PODER TUTELAR, INDIANIDADE E FORMAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL**. PETRÓPOLIS: VOZES, 1995.
- PIN, A. E. **HISTÓRIA DO POVO JAVAÉ (INY) E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS INDIGENISTAS: DA COLONIZAÇÃO AO ESTADO BRASILEIRO (1775-1960)**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO). UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: GOIÂNIA, 2014.
- RIBEIRO, E. R. EMPRÉSTIMOS TUPÍ-GUARANÍ EM KARAJÁ. **REVISTA DO MUSEU ANTROPOLÓGICO**. 5-6: 75-100, 2001/2002.

Educação Escolar (Não) Indígena...

André Egídio Pin • Roberto Campos Portela • et al...

ROCHA, L. M. **A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL: 1930-1967**. GOIÂNIA: ED. UFG, 2003.

RODRIGUES, P. M. **O Povo do Meio: TEMPO, COSMO E GÊNERO ENTRE OS JAVAÉ DA ILHA DO BANANAL**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO). UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1993.

_____. **A CAMINHADA DE TANÏXIWÈ: UMA TEORIA JAVAÉ DA HISTÓRIA**. TESE (DOUTORADO) – UNIVERSIDADE DE CHICAGO, CHICAGO, 2008B.

SILVA, H. R. **NOS SERTÕES DO ARAGUAIA**. SÃO PAULO: SAIRAVA, 1948.

TORAL, A. A. **COSMOLOGIA E SOCIEDADE KARAJÁ**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO). UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – MUSEU NACIONAL, 1992.

FONTES:

AURELI, W. **BANDEIRANTES D'OESTE**. SÃO PAULO: LEIA, 1962.

COSTA, A. F. **RELATÓRIO DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS ÍNDIOS NO ESTADO DE GOYAZ RELATIVO AO ANNO DE 1929**. GOYAZ, 20 DE JANEIRO DE 1929.

FONSECA, J. P. CARTA QUE O ALFERES JOSÉ PINTO DA FONSECA ESCREVEU AO EXM. GENERAL DE GOYAZES, DANDO-LHE CONTA DO DESCOBRIMENTO DE DUAS NAÇÕES DE ÍNDIOS, DIRIGIDA DO SÍTIO ONDE PORTOU. **REVISTA TRIMENSAL DE HISTÓRIA E GEOGRAPHIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO (IHGB)**. P. 376-390, 2 ED. RIO DE JANEIRO, 1846.

MELLO, M. S. B. **RELATÓRIO DO POSTO REDEMPÇÃO INDÍGENA APRESENTADO AO SR. TENTENTE-CORONEL ALENCARLIENSE FERNANDES DA COSTA ENGENHEIRO MILITAR E ENCARREGADO DO SERVICO DE PROTECÇÃO AOS INDIOS NO ESTADO DE GOYAZ**. 01/01/1931.

RODRIGUES, P. M. **RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRA INDÍGENA UTARIA WYHYNA (KARAJÁ) / IRÒDU IRÀNA (JAVAÉ), ILHA DO BANANAL/TO**. BRASÍLIA: FUNAI, ABRIL DE 2008A.

ENTREVISTAS⁵:

DEPOENTE 1. ENTREVISTA CONCEDIDA EM JUNHO DE 2012 NA ALDEIA BOTO VELHO NA ILHA DO BANANAL/TO.

⁵ Todos os depoentes pertencem ao povo Javaé. Dois deles já faleceram.

Revista UFG, Goiânia. 2024, v.24: e22.80538



Educação Escolar (Não) Indígena...

André Egídio Pin • Roberto Campos Portela • *et al...*

DEPOENTE 2. ENTREVISTA CONCEDIDA EM OUTUBRO DE 2012 NA ALDEIA WARIWARI NA ILHA DO BANANAL/TO.

_____. ENTREVISTA CONCEDIDA EM JANEIRO DE 2013 NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

DEPOENTE 3. ENTREVISTA CONCEDIDA EM JUNHO DE 2012 NA ALDEIA BOTO VELHO NA ILHA DO BANANAL/TO.

_____. ENTREVISTA CONCEDIDA EM JUNHO DE 2013 NA ALDEIA CANOANÃ NA ILHA DO BANANAL/TO.

DEPOENTE 4. ENTREVISTA CONCEDIDA EM JANEIRO DE 2014 NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

DEPOENTE 5. ENTREVISTA CONCEDIDA EM OUTUBRO DE 2012 NA ALDEIA WARIWARI NA ILHA DO BANANAL/TO.

ARQUIVO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT

PASTA A, A.23.02-1977, IMAGEM A23.2.12 P01.77 A A23.2.12 P.77.77.

ACERVO DO MUSEU DO ÍNDIO

MICROFILME 272, FOTOGRAMA 272; 273; 245; 440.

MICROFILME 273: FOTOGRAMA 1514; 1716; 1838; 2071.

MICROFILME 274: FOTOGRAMAS 195; 732; 733; 734; 735; 757; 758; 759; 760; 899; 1241.

Revista UFG, Goiânia. 2024, v.24: e22.80538



Educação Escolar (Não) Indígena...

André Egídio Pin • Roberto Campos Portela • *et al...*

MICROFILME 380: FOTOGRAMAS 169; 136.

MICROFILME 294, FOTOGRAMAS 332; 333.

